



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Requerimento nº \_\_\_\_/2024

(Do Sr. Rodrigo Valadares)

**Requer que seja realizada audiência pública para que o Senhor Márcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE preste esclarecimentos sobre a elaboração da 9º edição do Atlas Geográfico Escolar.**

Requeiro a V. Exa., com base no artigo 32, Inciso XV, alínea A, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências para que o Senhor Márcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE preste esclarecimentos sobre a elaboração da 9º edição do Atlas Geográfico Escolar.

### JUSTIFICATIVA

O Atlas Geográfico Escolar produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um dos instrumentos mais importantes no estudo de Geografia e História nas escolas brasileiras por inserirem os estudantes brasileiros no estudo de mapas, distâncias, relevos, climas e períodos geológicos. Com este material, os estudantes de todo o país acessam um novo mundo na aventura rumo ao acesso ao conhecimento.

Entretanto, a 9º edição do Atlas Geográfico Escolar chama à atenção por diversos erros na sua elaboração. No material, anunciado pelo Presidente do IBGE que todas as escolas do país receberiam pelo menos uma unidade do material existem enormes discrepâncias que podem inclusive comprometer o processo de aprendizagem do aluno; nos mapas constantes no material, mapas confundem a criação da terra em 70 milhões de ano, além de confundir o estudante nos conhecidos processos de separação da Pangeia (bloco

\* C D 2 4 6 4 5 2 6 4 2 3 0 0 \*





continental único) e Pantalassa (oceano único). O atlas ostra o movimento das placas tectônicas dividindo os continentes a partir do período Permiano (de 300 a 250 milhões de anos). O afastamento dos continentes é corretamente mostrado no 2º mapa da sequência, que retrata o período Triássico (de 250 a 200 milhões de anos atrás).

O mapa seguinte, no entanto, mostra um nível de separação dos continentes no período Jurássico que não corresponde ao indicado pelas referências atuais de estratigrafia (ramo da geologia que estuda as camadas de rochas). Já no 4º mapa, os continentes voltam a se aproximar, o que também não condiz com o conhecimento que se tem da formação do planeta. Além disto, alguns dos períodos geológicos são retratados com datas em desacordo com a versão mais atual do gráfico internacional de cronostratigrafia da Comissão Internacional de Estratigrafia.

Outro erro que chama à atenção são os erros na definição de placas tectônicas, comunicados ao IBGE pelo Professor de geociências da UNICAMP Vinícius Mazzo Meira. Entretanto, o próprio Instituto anunciou que tal definição estaria de acordo com o nível de profundidade exigida pelo material.

Outro ponto que chama à atenção é o fato do território do Brasil estar no centro do mapa-múndi, no que o próprio Pochmann afirmou que a elaboração do mapa acompanharia “a emergência do Sul Global acompanha o reposicionamento do Brasil no mapa-múndi” e que os mapas anteriores refletiam o “projeto eurocentrista de modernidade Ocidental”; entretanto, tal mapa está em desacordo com os tratados geográficos internacionais como o Tratado de Greenwich, que criou a divisão longitudinal dos planisférios.

O histórico de Pochmann chama à atenção. No período em que presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA entre 2007 e 2012, seu trabalho ficou conhecido por perseguir opositores do Partido dos Trabalhadores que trabalhavam no IPEA, engavetamento de estudos estatísticos que criticavam ações do Governo, projetos relevantes que foram extintos por serem comandados por estudiosos críticos as administrações petistas e realização de



\* C D 2 4 6 4 5 2 6 4 2 3 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

concurso público com viés de alterar os núcleos de pesquisa da instituição, abandonando os estudos econômicos e adotando linhas de pesquisa voltadas a teses voltadas à área de ciência política e adotando teses mais à esquerda.

O IBGE não pode ser utilizado para alimentar narrativas políticas, mas sim fornecer dados e estatísticas que possam fomentar a implementação de políticas públicas, além de garantir a difusão do estudo da Geografia e da Estatística dentro do ambiente escolar, visando garantir o melhor processo de ensino-aprendizagem dos estudantes brasileiros, que com um material errôneo podem carregar sequelas por toda a vida. Além disto, tamanhos erros acabam por desperdiçar os recursos públicos utilizados, repassando uma conta cara ao pagador de impostos para alimentar narrativas políticas.

Considerando que os erros impactam a aprendizagem dos alunos brasileiros, além de fomentar pensamentos políticos em detrimento do estudo de geografia nas escolas, justifica-se o Presente Requerimento.

**Sala das Comissões, 27 de junho de 2024.**

**RODRIGO VALADARES**

**DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SE**

